

Grupo Permanente de Análise sobre China

O **Grupo Permanente de Análise sobre China** visa a promover reflexão estruturada sobre os temas selecionados, com a participação de especialistas, do setor privado, do governo, e de outros *think tanks*, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estratégias empresariais. Cada encontro conta com uma breve avaliação do histórico recente e da situação atual do tema em pauta por parte de um ou mais convidados, seguida de debate entre os participantes. O conjunto de avaliações e eventuais recomendações compõe um relatório final de cada encontro encaminhado a todos. A coordenação e curadoria das atividades é realizada por Tatiana Rosito.

ANEXO I

Fact Sheet Prévio da Primeira Reunião – 22/09/2017

Rio de Janeiro, Pequim, Brasília, Washington, São Paulo e Nova York

Tema: “Big Picture”: a China no mundo

Questões:

- A China e as novas dimensões da globalização: A competitividade chinesa é sustentável? A China liderará a nova fase da globalização?
- Prioridades da política externa chinesa: engajamento regional, Estados Unidos e Europa, América Latina
- “One Belt, One Road” e a estratégia de expansão futura da China: possíveis impactos para o Brasil

O grupo inicia suas atividades visando ao aprofundamento da compreensão sobre, de um lado, o que representa a China para o mundo hoje e, de outro lado, o que o mundo representa para China e de que forma esse país tem-se organizado como ator global, a começar pelo seu próprio continente. Acredita-se que essa discussão ilumine a abordagem futura de outros temas específicos e dos diversos aspectos das relações da China com o Brasil.

Para otimizar os debates, buscamos colocar em perspectiva três aspectos da China no mundo: o aspecto econômico, com foco em competitividade; o aspecto político, com foco na perspectiva da China em relação a seus principais parceiros; e um aspecto geopolítico, em alusão ao papel da China como líder da nova fase da globalização e à forma como a China tem-se posicionado junto ao seu entorno e como percebe sua expansão econômica.

No primeiro ponto, interessa olhar mais para o futuro e para as tendências de longo prazo de como a competitividade afetará a produtividade e as metas de bem-estar chinesas do que para os desafios macroeconômicos de curto e médio prazo. O Relatório de Competitividade Global 2016-17, organizado pelo *World Economic Forum*, http://www3.weforum.org/docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017_FINAL.pdf coloca a China em 28º lugar entre 138 países. Os resultados chineses são puxados para cima por três fatores: ambiente macroeconômico, saúde e educação básica e tamanho do mercado. Mas, como o próprio *report* aborda em suas páginas iniciais, estamos no limiar de uma transformação profunda nas formas de produzir e consumir, que tem sido caracterizada como a Quarta Revolução Industrial (QRI). Nesse contexto, a habilidade de inovar ganha destaque. A China tem ampliado a sua performance em áreas como

sofisticação nos negócios e inovação, mas ainda se encontra bem distante da fronteira em capacitação tecnológica. De outro lado, artigo recente do McKinsey Global Institute (<http://www.mckinsey.com/global-themes/china/chinas-role-in-the-next-phase-of-globalization>), cujo Índice de Conectividade Global coloca a China em 7º lugar, lança um desafio para o país em liderar a nova fase da globalização, com vistas a contrarrestar tendências protecionistas e de queda da produtividade e ampliar os investimentos globais em infraestrutura. As novas dimensões da globalização, incluindo a importância dos fluxos digitais no comércio internacional, a hiperconectividade e o papel crescente das economias emergentes, inclusive como investidoras, sugerem que a China pode estar bem colocada para liderar esse processo. Finalmente, o governo chinês lançou um plano, chamado de “*Made in China 2025*”, que visa a orquestrar a transição do fabricado na China pelo fabricado pela China (<https://www.csis.org/analysis/made-china-2025>). Focado em desenvolver setores correlatos com a QRI, o plano indica que a China pretende elevar de 40% para 70% o conteúdo local dos produtos fabricados em território chinês. **Diante desse cenário, como analisar as perspectivas da evolução da competitividade chinesa? Que aspectos devemos acompanhar em seu ambiente regulatório? Como a QRI afetará seus fluxos de comércio e investimentos? O que essas transformações podem significar para o papel da China no mundo? Como coadunar a conectividade crescente e a interdependência com a noção chinesa de que seu desenvolvimento deve buscar elevado grau de independência tecnológica?**

A China consolidou-se na última década como ator global, tendo dado um passo que se revelaria fundamental com a acessão à OMC, em 2001. Se a força da globalização econômica confunde-se, em certos aspectos, com a própria trajetória recente da economia chinesa, a consolidação do poder chinês em escala global não se dá de forma tão automática, apesar de todas as indicações de que a “ascensão pacífica” da China não carrega uma visão expansionista ou belicista. A ascensão chinesa tem o desenvolvimento econômico como prioridade e abraçou a globalização, mediante a construção de um socialismo com características chinesas, com base nas “três transcendências”. Essa retórica tem-se traduzido, desde a década passada, na criação de uma série de agrupamentos, tendo a China como pólo central ou como par, que buscam consubstanciar a ideia de uma expansão pacífica, baseada no desenvolvimento comum. Assim, a Organização para a Cooperação de Xangai reuniu países da Eurásia. Há vários fóruns que congregam a China com a ASEAN, a África, a Europa e América Latina, entre outros. Em paralelo, as relações com os Estados Unidos foram estruturadas no Diálogo Estratégico e Econômico, que emolduraria uma “nova relação entre grandes potências”. O pivô para a Ásia na administração Obama e as disputas no Mar do Sul da China expõem a sensibilidade da ascensão chinesa no contexto de uma Ásia-Pacífico assentada sobre as bases da segunda guerra mundial. As relações com a Rússia e o entorno euroasiático ganham importância crescente e podem significar elemento novo na ordem internacional. A participação chinesa nas IFIs, no G-20, no BRICS e, mais recentemente, sua liderança no Banco de Investimentos em Infraestrutura Asiática (BIIA) aduzem dimensão transformadora à ordem que a China gostaria de ver emergir. As relações com a América Latina foram objeto de dois documentos do governo central chinês e, em 2015, realizou-se a primeira reunião do

Fórum China-Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). **Como compatibilizar a ascensão chinesa com a ordem internacional atual? As instituições de que dispomos hoje seriam suficientes para abrigar uma nova ordem (transformada)? Como pode a América Latina melhor organizar-se na sua relação com a China? Como avaliar o Fórum China-CELAC até agora? De que forma uma liderança brasileira mais assertiva na relação China-América Latina poderia contribuir (ou não)?**

A *Belt and Road Initiative* (BRI) talvez seja a tradução mais concreta das aspirações chinesas a líder global. Principal iniciativa de política externa do Presidente Xi Jinping, a BRI dá contornos concretos à ascensão da Eurásia ao buscar conectar por via marítima e terrestre 68 países da Europa, Ásia e África (lista de resultados do *Belt and Road Forum*, realizado em maio de 2017, http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/15/c_136286376.htm). Significa, ainda, um enorme esforço de investimento e financiamento de projetos de infraestrutura por empresas estatais e bancos chineses (lista dos projetos em andamento: http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/10/c_136271092.htm). Apesar das grandes incertezas que rondam a iniciativa, sobretudo em relação à sustentabilidade econômica dos projetos, a liderança chinesa tem sustentado com engajamento essa aposta. **Como coadunar a BRI com a tradicional postura chinesa de evitar exposição excessiva de suas capacidades? A BRI pode desviar recursos que se destinariam ao Brasil? Ou pode reforçar a busca por bons projetos fora da região?**

Sugestões adicionais de leitura:

Central People's Government of the People's Republic of China, "China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean," 2008 e 2016, <http://in.china-embassy.org/eng/zgbd/t521025.htm> e http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1418254.shtml

China 2030 (2014). Angang Hu, Yan Yilong, Xing Wei. Springer.

China-CELAC Forum (2015). China-Latin American Caribbean Countries Cooperation Plan 2015-2019. http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/PLCOOP.2015_ENG.pdf

Kroeber, Arthur (2016). China Economy: What Everyone Needs to Know. Oxford University Press. <https://china-economy-book.com/>

Peterson Institute for International Economics (2016). China's Belt and Road Initiative: motives, Challenge and Scope.
https://piie.com/system/files/documents/piieb16-2_1.pdf

Tai Ming Cheung et al. Planning for Innovation: understanding China's Plans for Technological, Energy, Industrial, and Defense Development. A report prepared for the U.S.-China Economic and Review Commission. University of California.

World Bank (2013). China 2030: building a modern, harmonious and creative society.
<http://documents.worldbank.org/curated/en/781101468239669951/China-2030-building-a-modern-harmonious-and-creative-society>

ANEXO II

Relatório da Primeira Reunião – 22/09/2017

Rio de Janeiro, Pequim, Brasília, Washington, São Paulo e Nova York

A China e as novas dimensões da globalização: A competitividade chinesa é sustentável? A China liderará a nova fase da globalização?

Em sua primeira reunião, o Grupo Permanente de Análise sobre China logrou identificar e debater diversas iniciativas da China, tanto no setor público quanto privado, voltadas ao alinhamento do país com os desafios e oportunidades relacionados às “novas dimensões da globalização”. A China se prepara para preservar sua competitividade e assumir liderança crescente em várias áreas, em um contexto de hiperconectividade e de intensos fluxos de serviços e dados digitais no comércio internacional, bem como de crescentes investimentos oriundos de países emergentes, principalmente da China – para além dos desafios de suas próprias transformações internas, como a transição demográfica e consequentes impactos sobre seu mercado de trabalho.

Através do Plano *Made in China 2025*, por exemplo, a China objetiva preparar-se para a Quarta Revolução Industrial (QRI), promovendo a inovação e a produção de bens intensivos em tecnologia para posicionar-se em etapas mais avançadas nas cadeias globais de valor. Neste sentido, segundo dados do Relatório de Competitividade Global 2016-17 do *World Economic Forum*, a China destaca-se como país que mais ampliou gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) recentemente, em taxas de crescimento médio de 20% ao ano, totalizando montante que atualmente representa 2% do PIB chinês. Ademais, a participação do setor privado nos investimentos em P&D revela-se muito superior à do setor público chinês, com gastos destinados largamente à compra de equipamentos, e à digitalização e modernização da produção no setor secundário - embora deva-se salientar a demanda por geração de emprego como obstáculo, no curto prazo, à automação em determinados setores. Por outro lado, a QRI é favorável à mudança demográfica chinesa. Isso significará ênfase crescente em serviços, economia digital e produtos de alto conteúdo tecnológico e, cada vez menos, manufaturas brutas, que determinaram o papel da China nas últimas décadas.

Segundo o relatório, ainda, a China ocupa a 28^a posição no ranking de competitividade global, sendo seu desempenho neste quesito positivamente influenciado por fatores como infraestrutura, educação e saúde. Similarmente, a China ocupa a 32^a posição no ranking de inovação empresarial, situando-se na vanguarda de setores como o de semicondutores e trens de alta velocidade, nanotecnologia, inteligência artificial e energia fotovoltaica – apresentando potencial para posicionar-se como líder no combate global às mudanças climáticas.

Neste contexto, a experiência da cidade Shenzhen, no Sul da China, representa exemplo paradigmático do investimento chinês em inovação e tecnologia: conhecida como Vale do Silício da China, a cidade atrai força de trabalho jovem, criativa e qualificada e promove a criação de *startups* de tecnologia digital, a partir de regulações e contratos de trabalho mais flexíveis do que em outras regiões, em linha com a maior flexibilidade da política de *hukou*. Desta forma, seria possível identificar na China, em última instância, uma nova fase de atração de investimentos, voltada a setores de alto conteúdo tecnológico e observada, por exemplo, em *joint-ventures* com empresas como Bombardier e Samsung.

Entretanto, incógnitas permanecem a respeito da sustentabilidade do modelo macroeconômico chinês, com questionamentos acerca da possibilidade de sustentar altas taxas de crescimento e endividamento no longo-prazo, no contexto da QRI. Neste ponto, possíveis cursos de ação envolveriam, por um lado, reduções no excesso de oferta – com fechamento de empresas e inevitável impacto negativo sobre o crescimento chinês – ou, por outro, a decisão de “inflacionar a economia”, também com efeitos colaterais.

Prioridades da política externa chinesa: engajamento regional, Estados Unidos e Europa, América Latina

As discussões abrangeram as prioridades externas da China para seu entorno regional e para o sistema internacional em geral, com foco no interesse chinês em consolidar-se como investidor global e avançar a chamada “diplomacia da infraestrutura e conectividade”, sustentada por novas instituições alinhadas à agenda de reforma de estruturas tradicionais na ordem global.

Em relação à política externa chinesa, esta é tradicionalmente representada através de um modelo de “círculos concêntricos”, que, por sua vez, caracterizam o engajamento externo do país. No primeiro círculo situa-se a China, suas fronteiras e relações com as regiões internas; em seguida, a relação com o entorno asiático – abrangendo o gerenciamento de disputas territoriais no Mar do Sul da China, os EUA, de certa forma, estão dentro deste segundo círculo por serem um país da zona do Pacífico. É dentro deste círculo que se alargam agora as fronteiras para incluir o programa OBOR na grande Eurásia. No terceiro círculo está a complexa relação bilateral entre EUA e China e, finalmente, no último círculo situa-se o resto do mundo inclusive a América Latina.

Neste sentido, apesar do interesse de países latino-americanos em atrair financiamento para demandas específicas, não se observa a sintonia do passado entre líderes na América Latina e China. Não obstante, a relação chinesa com a região, regida por interesses econômicos, tem sido redefinida e aprofundada pelo Fórum China-CELAC, voltado à cooperação em temas como infraestrutura e inovação tecnológica.

Com a estratégia chinesa de adaptar-se à QRI a partir da ampliação do conteúdo tecnológico de sua produção, ainda, demais países do entorno asiático – principalmente membros da ASEAN – têm atuado como promotores da reorganização de cadeias regionais e globais de valor. Entretanto, o investimento da China em inovação e na economia digital – que inclusive situa o país à frente dos EUA em temas como pagamentos digitais – poderia implicar “relações mais ácidas” com a Europa no médio prazo.

Ademais, destacam-se como promotores da “diplomacia da infraestrutura e conectividade” os novos bancos multilaterais de desenvolvimento sob influência chinesa – Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII) – reflexos de uma política proativa da China para assumir liderança em uma nova ordem global, com base em sua própria experiência de desenvolvimento industrial. Corroborando esta perspectiva, observa-se a preocupação da mídia estatal chinesa em frisar os “passos concretos” dados em direção a uma nova ordem durante a última Cúpula dos BRICS – grupo o qual retém valor estratégico para a China e que poderia ser considerado como um “túnel” dentro dos vários círculos concêntricos da política externa chinesa, sendo um embrião para novas ideias e para o diálogo *people to people*. Entretanto, o engajamento chinês em demais continentes, particularmente na África, não está isento de obstáculos de ordem econômica e política: Para além de incertezas associadas a retornos macroeconômicos, principalmente em economias menores, a resistência pontual de comunidades locais tem exigido da China estratégia ativa para a difusão de uma “imagem positiva” no continente. A China faz uso profundo e extenso das organizações internacionais, que são, ao mesmo tempo, fonte de aprendizado e de difusão do modelo chinês. Isso não significa necessariamente que a China queira “vender” seu modelo, mas dar sua contribuição para o conjunto das experiências globais.

Outro aspecto relevante da atuação externa chinesa diz respeito à abordagem estratégica de integrar-se a estruturas existentes, sem gerar grandes atritos, para em seguida modifica-las gradualmente segundo o interesse nacional. No caso da OMC, por exemplo, apesar da acessão chinesa em 2001, é possível argumentar que em diversos setores a China situa-se às margens das normas do comércio multilateral, flexibilizando-as com a aplicação de subsídios e de regras de conteúdo local – apresentando, inclusive, o desígnio de ampliar de 40% para 70% o conteúdo local de produtos alto valor tecnológico fabricados em território chinês, no contexto do Plano *Made in China 2025*.

“One Belt One Road” e a estratégia de expansão futura da China: possíveis impactos para o Brasil

Os debates analisaram extensivamente a *Belt & Road Initiative (BRI)*, principal expressão da “diplomacia da infraestrutura e conectividade”, responsável por

promover a integração eurasiática e transcender a Rota da Seda tradicional, com implicações inclusive sobre a América Latina e o Brasil. Entretanto, ressaltaram-se os riscos econômicos e políticos envolvidos na iniciativa, que apresenta retornos macroeconômicos incertos – principalmente associados a grandes investimentos feitos em economias de pequena dimensão e com quadros políticos difíceis, particularmente na Ásia Central. Desta forma, diagnostica-se que cerca de um terço dos projetos não apresenta resultados positivos, outro terço dos projetos está “sendo encaminhado”, e apenas o terço restante atingiria os objetivos esperados. Sobressai o caráter geopolítico euroasiático da iniciativa e seu caráter pragmático, onde princípios ou regras de conduta têm pouca influência.

Neste contexto, o retorno dos investimentos realizados por empresas estatais chinesas – importantes agentes promotores da BRI – seria positivamente influenciado por medidas como isenções tributárias, subsídios e demais incentivos econômicos que contribuam para “contrabalançar” determinados riscos. Destaca-se, ainda, o papel fundamental de parcerias com instituições internacionais para a implementação eficiente da BRI: O BAII, por exemplo, conta com amplo auxílio do Banco Mundial para montar e diversificar sua carteira de projetos, inclusive a partir de cofinanciamentos.

Ademais, apesar do foco eurasiático da BRI, a diplomacia da infraestrutura e conectividade chinesa alcança o Brasil, visto como grande oportunidade para investimentos – como ilustrado pela forte participação de empresas estatais e bancos de desenvolvimento chineses, tais quais State Grid, China Three Gorges e CDB, em empreendimentos no país. Poder-se-ia argumentar que os investimentos na BRI obedeceriam a lógica distinta e que não significariam menor apetite para investimentos no Brasil. Podem ser identificadas, ainda, duas vertentes principais para alocação de investimentos chineses no Brasil: Por um lado, a criação de fundos específicos a partir de uma abordagem “governo-governo”, e por outro, o uso de “caminhos de mercado”, com compras em leilões ofertados por empresas públicas.

Uma medida estratégica para ampliação dos fluxos bilaterais de investimentos, em um contexto de crescente internacionalização da moeda chinesa, seria a criação de uma *clearing* para operar o renminbi no Brasil, tal qual observado no Chile, Vietnã, Austrália e em países europeus. Este mecanismo potencialmente agilizaria negociações e ampliaria a liquidez – em última instância, acelerando o processo de total conversibilidade da moeda chinesa. Embora já tenha havido conversas sobre o tema entre os dois países no passado recente, trata-se de iniciativa que poderia merecer nova atenção das autoridades monetárias. Note-se, a respeito, que o renminbi hoje faz parte da cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque do FMI, o que não deixa de ser uma reserva de valor.

Finalmente, as novas estratégias de expansão da China também representariam para o Brasil importante oportunidade para ampliação do comércio bilateral – principalmente para exportações em setores nos quais o Brasil apresenta vantagens comparativas estáticas e dinâmicas, como o de alimentos processados, sendo fundamental o exercício de “olhar além” da venda de *commodities*. A relação bilateral também reservaria amplas oportunidades para a cooperação em temas diversos de interesse comum: desde a cooperação em matéria de inovação – tomando como base, por exemplo, modelo desenvolvido pela *China-Israel Comprehensive Innovation Partnership* – até intercâmbios no campo de combate ao desmatamento, reflorestamento e produção de energia solar.

De forma geral, depreende-se que, embora as relações políticas e econômicas com a China sejam muito positivas e dinâmicas, caberia ao Brasil otimizar essa relação mediante estratégia mais consistente, que leve em consideração a reorganização em curso das cadeias regionais de valor na Ásia e também das cadeias globais, com base numa visão de futuro da China e não só do presente.

ANEXO III

PARTICIPANTES DA PRIMEIRA REUNIÃO

Rio de Janeiro:

1. Alexandre Lowenkron, BBM
2. Anna Celia Castro, UFRJ
3. Aspasia Camargo
4. Anna Jaguaribe, Conselho Curador, CEBRI
5. Cassio Von Gal, BBM
6. Denise Gregory, Conselho Curador, CEBRI
7. Erasto Almeida, Vale
8. Ernani Torres, UFRJ
9. Isabela Nogueira de Moraes, UFRJ
10. Izabella Teixeira, CEBRI, Senior Fellow
11. João Felipe V. Figueira de Mello, Leoni Siqueira Advogados
12. João Miguel Beuadette Drummond, Queiroz Galvão
13. José Francisco Gouvêa Vieira, Gouvêa Vieira Advogados
14. José Mario Spritzer, AT LINE Shipping do Brasil, Diretor
15. José Pio Borges, CEBRI, Presidente do Conselho Curador
16. Julia Dias Leite, CEBRI, Diretora Executiva
17. Leandro Rothmuller, BBM
18. Leonardo Botelho Ferreira, BNDES
19. Lia Valls, FGV
20. Luiz Augusto Castro Neves, CEBRI, Embaixador, Membro do Conselho Curador
21. Márcio Senne de Moraes, Vale
22. Mauro Ribeiro Viegas Neto, Concremat Engenharia e Tecnologia
23. Miguel Flaksman, BBM
24. Paulo Ferracioli, FGV
25. Pedro Luiz Jatobá, Eletrobras
26. Pedro Malan, Conselho Curador, CEBRI
27. Renata Nascimento Szczerbacki, Petrobras
28. Renato Galvão Flôres Junior, CEBRI, Membro do Conselho Curador
29. Ricardo Coelho, Pinheiro Neto Advogados
30. Roberto Fendt, Diretor Executivo, CEBC
31. Shaohui Yang, BBM
32. Tatiana Rosito, CEBRI, Senior Fellow
33. Wang Yili, Tradutora – BBM

Brasília (via videoconferência):

1. Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático, MRE
2. Braz da Costa Baracuchy Neto, Secretário Adjunto de Planejamento Diplomático (SPD), MRE
3. Bruno Orsi Teixeira, Substituto Eventual do Chefe de Divisão de Relações com Fóruns Multilaterais SAIN - Ministério da Fazenda

4. Cláudia Cristina Tomazi Peixoto, Coordenadora-Geral de Análise Estratégica, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
5. Danielle Ayres Delduque, SAIN - Ministério da Fazenda
6. David Pedrosa Corrêa, Chefe de Divisão de Relações com Fóruns Multilaterais, SAIN - Ministério da Fazenda
7. Jorge Arbache, Secretário de Assuntos Internacionais Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
8. Luís Fernando Tironi, Técnico de Planejamento e Pesquisas, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais DINTE - IPEA
9. Luciano Schweizer, Especialista em Mercados Financeiros, BID
10. Marco Aurélio do Santos Rocha Coordenador-Geral de Assuntos Monetários e Financeiros Internacionais, SAIN/Ministério da Fazenda
11. Mauro Miranda, Senior Advisor, Banco Central do Brasil
12. Maria Izabel Vieira, Diretora, Departamento da Ásia do Leste do Itamaraty
13. Marianne Martins Guimarães, Segunda-Secretária, Divisão da China e da Mongólia / MRE
14. Nanahira de Rabelo, Chefe da Divisão de Cooperação com América do Norte, Ásia, África e Oceania, MCTIC
15. Paulo Roberto de Almeida, Diretor, IPRI/FUNAG
16. Sérgio Ricardo de Brito Gadelha, Coordenador de Assuntos Monetários e Financeiros Internacionais, SAIN/Ministério da Fazenda

Pequim (via videoconferência):

1. Embaixador Marcos Caramuru, Embaixador do Brasil na China

São Paulo (via videoconferência):

1. Alberto Pfeifer Filho, Diretor de Projetos Especiais, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
2. Augusto Castro, Gerente do Núcleo China, APEX-Brasil
3. Cláudio Leal, Superintendente da Área Industrial, BNDES
4. Luciane Melo, BNDES
5. Roberto Teixeira da Costa, Conselheiro do CEBRI
6. Robin Castello, Sócio, Castello e Misorelli

Washington (via videoconferência):

1. Alexandre Rosa, Vice-Presidente para Países, BID
2. André Soares de Oliveira, Conselheiro Diretoria do Brasil, BID
3. Antonio Henrique Silveira, Diretor do Brasil, BID
4. Carolina Costa, Diretora Para Brasil e Cone Sul, McLarty Associates
5. Guilherme Piereck, Especialista em Integração e Comércio, BID
6. Jim Keith, Diretor Geral para China e Ásia, McLarty Associates
7. Joaquim Levy, Managing Director and Chief Financial Officer, Banco Mundial
8. Marcello Estevão, Secretário de Assuntos Internacionais, Ministério da Fazenda
9. Mathilde de Medeiros Barbosa, special Assistant, Banco Mundial

10. Mauricio Mesquita Moreira, Senior Adviser de Trade, BID

Nova York (via videoconferência):

1. Pedro Henrique Mariani, Presidente do Conselho de Diretores, BBM